

A pedagogia da alternância nos cursos de licenciatura em educação do campo: novos caminhos e desafios

The pedagogy of alternance in graduate courses in field education: new paths and other challenges

Mara Rita Duarte de Oliveira¹, Geovanna de Lourdes Alves Ramos², Jadson Fernando Garcia Gonçalves³, Maria do Socorro da Costa Coelho^{3,4}, Roque do Nascimento Albuquerque^{1,5}, Rosilda do Socorro Ferreira Vaz^{3,5}

RESUMO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo do Campus Universitário de Abaetetuba tem por objetivo principal formar educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais, associando essa formação a processos educativos contextualizados, e sintonizados socioculturalmente com a realidade local e a diversidade da região. Além disso, o curso preocupa-se com a qualificação de profissionais que detenham um perfil voltado para as questões intrínsecas ao campo na Amazônia e que sejam capazes de multiplicar conhecimentos e ações no processo de valorização da identidade cultural do homem do campo. No presente projeto nosso objetivo central é analisar o projeto político pedagógico do curso de licenciatura em Educação do Campo, a partir da visão dos alunos e professores do curso. Realizamos análise documental do projeto Pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo, segundo o Projeto Pedagógico do curso o mesmo propõe que as atividades curriculares sejam desenvolvidas em regime de alternância, entre Tempo-Universidade, onde os alunos cursam as disciplinas do currículo e o Tempo-Comunidade que são orientados a desenvolverem práticas docentes nas suas comunidades de origem, numa perspectiva ação-reflexão-ação, fortalecendo a sua formação de forma prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar tais práticas propostas no projeto pedagógico do curso.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância; Educação do Campo; Saberes

ABSTRACT

The Degree in Education of the Campo do Campus Universitário de Abaetetuba aims to train educators for teaching in the final years of elementary school and high school in rural schools, associating this training with contextualized educational processes, and socioculturally attuned to the local reality. and the diversity of the region. In addition, the course is concerned with the qualification of professionals who have a profile focused on issues intrinsic to the countryside in the Amazon and who are capable of multiplying knowledge and actions in the process of valuing the cultural identity of rural people. In the present project, our main objective is to analyze the pedagogical political project of the degree course in Rural Education, from the point of view of the students and teachers of the course. We carried out a document analysis of the Pedagogical project of the degree course in rural education, according to the Pedagogical Project of the course, which proposes that curricular activities be developed in an alternation regime, between Time-University, where students attend the subjects of the curriculum and the Time-Community that are oriented

¹UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
mararita@unilab.edu.br

²UFU: Universidade Federal de Uberlândia.

³UFPA: Universidade Federal do Pará.

to develop teaching practices in their communities of origin, in an action-reflection-action perspective, strengthening their training in a practical-reflective way, through internships, monitoring, and other pedagogical activities, where they can exercise such practices proposals in the pedagogical project of the course.

Keywords: Pedagogy of Alternation; Field Education; knowledge

INTRODUÇÃO

Pensar sobre educação do campo implica discutir sobre processo histórico dos povos do campo como sujeito de direito e o campo como lugar de vida e espaço de encontro de diversas culturas, que contribui diretamente para o crescimento da sociedade. As pessoas que vivem no campo têm direito à escola pública de qualidade⁴, no lugar onde vivem (os agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros etc.). A escola deve incorporar os saberes culturais desses sujeitos nos distintos processos educativos que compõem a sua proposta educativa e materializar no seu Projeto Político Pedagógico os objetivos claros que demarquem uma educação diferenciada para a escola do campo, articulando saberes tradicionais com os saberes científicos.

Apesar de recentes pesquisas abordarem os mais diferentes aspectos relacionados às questões da educação do campo, entre elas: currículo, infraestrutura, formação de professores entre outros. Ainda, existe a necessidade de aprofundamento de estudos acerca dessas temáticas, pois a educação do campo, entre nós ainda um debate recente, e por termos assumido a partir da década de 90 o protagonismo das políticas públicas para efetivá-las de fato no campo, na perspectiva de alterar a realidade das escolas do campo.

Em nossa perspectiva há cada vez mais a crescente luta dos movimentos sociais ligados à luta pela terra por direito à educação de qualidade no campo, isso tem provocado muitos avanços, que colaboram diretamente para a efetivação de programas voltados especificamente para a educação do campo. Essas lutas sociais e a revitalização atual dos movimentos ligados à luta dos trabalhadores do campo influenciam, significativamente, na definição de novas diretrizes para a tais programas educacionais.

⁴ A maioria das escolas do campo, na realidade do Baixo Tocantins, localiza-se em áreas de difícil acesso e apresentam precárias condições para funcionamento tais como: estrutura física de enchimento ou de madeira de baixa qualidade, salas sem portas, telhado destruído pelas chuvas, inexistência de luz elétrica em algumas dessas escolas, número insuficiente de cadeiras escolares e quadro com condições mínimas de uso. Institucionalmente essas escolas estão condicionadas às escolas urbanas.

A partir dessas lutas encontramos a construção dos projetos de educação superior⁵. Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA), que através das parcerias com o Incra, Movimentos Sociais e as universidades Públicas, a partir do ano de 1998 iniciou a realização de inúmeros cursos de graduação para atender especificamente aos assentados da reforma agrária.

Com as lutas históricas dos movimentos sociais, os sujeitos do campo continuam fazendo história em 2002 se incorpora o grupo permanente de trabalho (GPT) de educação do campo do MEC. Este grupo surgiu dos grupos do povo do campo que são eles. Sem-terra, povos da floresta, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados dos rurais.

Neste mesmo ano de 2002, foi conquistada Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo que teve como resolução nº 1/2002 do CNE/CEB é uma conquista de nossa caminhada. Destacamos ainda, nas lutas desse movimento o ano de 2004 a criação da secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade inclusão (SECADI) tendo quatro departamentos principais: educação de jovens e adultos, desenvolvimento e articulação institucional. Desenvolvimento, avaliação e informações educacionais, educação para a diversidade e cidadania. Esta última se constituiu por cinco coordenações que são ações educacionais complementares, diversidade e inclusão social, educação ambiental, educação do campo, educação indígena.

Destaca-se, também, o Programa Saberes da Terra que é um Programa de escolarização de jovens agricultores/as familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional. Também desenvolve cursos de formação e especialização de Educadores do Campo, articulando-se a rede municipal e estadual de Educação básica.

Podemos destacar o Programa de Apoio à Licenciatura em Educação do Campo que visa à formação inicial de professores para a docência na Educação Básica em escolas do campo, para atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O curso realiza-se em regime de alternância, compreendendo o tempo Universidade e Comunidade, habilita para docência multidisciplinar, com currículo organizado por áreas de conhecimento que se articula em saberes necessários à formação docente.

⁵ Universidade Federal do Pará que iniciou através da parceria com a FETAGRI e o MST⁵ o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Atualmente, os cursos de licenciatura em educação do campo foram instituídos nas universidades públicas a partir da implementação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Assim, o PRONACAMPO é uma ação do Governo Federal resultado da mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de política nacional de educação do campo, com apoio do MEC.

Nesse conjunto de ações voltadas para a educação do campo, destacamos nosso interesse particular pelos cursos de licenciaturas em Educação do campo, ofertados pelas Universidades Públicas, com o objetivo de qualificar professores para atuarem na docência, na gestão e na organização do trabalho pedagógico das escolas do campo.

Esse interesse é fruto de nossa participação na implementação desses cursos de licenciatura na realidade do Baixo Tocantins. Dado o crescimento desses cursos, ampliação do corpo docente e do número de alunos ingressos nos cursos, parece-nos oportuno investigar a implementação desses cursos. Assim, compreendemos ser importante acompanhar o desdobramento dessa formação e de que forma esses cursos de fato se articulam com a realidade camponesa e contribuem para a elevação da qualidade da escola pública do e no campo.

OS CAMINHOS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os cursos de licenciatura em educação do campo foram instituídos nas universidades públicas a partir da implementação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)⁶. Assim, o PRONACAMPO é uma ação do Governo Federal resultado da mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de política nacional de educação do campo, com apoio do MEC.

Nesse conjunto de ações voltadas para a educação do campo, destacamos nosso interesse particular pelos cursos de licenciaturas em Educação do campo, ofertados pelas Universidades Públicas, com o objetivo de qualificar professores para atuarem na docência, na gestão e na organização do trabalho pedagógico das escolas do campo.

Dado o crescimento desses cursos nas Universidades brasileiras, ampliação do corpo docente e do número de alunos ingressos nos cursos, parece-nos oportuno

⁶ O Pronacampo oferece apoio técnico e suporte financeiro para estados e municípios implementarem suas respectivas políticas de Educação do Campo, através de um conjunto de ações articuladas, que atendem às escolas do campo e quilombolas.

investigar a implementação desses cursos, para compreender sua perspectiva formativa. Assim, compreendemos ser importante acompanhar o desdobramento dessa formação e de que forma esses cursos de fato se articulam com a realidade camponesa e contribuem para a elevação da qualidade da escola pública do e no campo.

Notamos que a escola do campo durante muito tempo sobreviveu como arremedo da escola urbana, porém com pés fincados no campo. A escola do campo era uma imitação da escola da zona urbana, indicando que o ato de ensinar deve ser de reprodução dos saberes socialmente elaborados. Havia uma fragmentação apresentada nos programas curriculares das escolas do campo e também a distância entre a cultura pedagógico-curricular e a cultura social dos alunos que contribuem expressivamente para que as reprovações sejam sempre uma prova da “incapacidade” destes de aprenderem o que lhes é ensinado. Por trás dessa incapacidade ou desse não aprender está à realidade desses alunos, uma vez que muitos deles chegavam sem experiência escolar nenhuma e seus saberes culturais são desvalorizados por aqueles que ensinavam.

Pois, é no currículo escolar oficial que se encontra organizado e sistematizado o conjunto de comportamentos e normas que devem ser assimilados e reproduzidos pelos educadores e educandos. Já que há também a manifestação nas práticas escolares de outro currículo denominado de currículo oculto, torna-se possível sua materialização a partir do encontro das subjetividades dos sujeitos no espaço escolar, as quais marcam a construção de um universo do saber, que reflete as relações de poder e as contradições da sociedade. Entretanto, reconhecer que o currículo está atravessado por relações de poder não significa ter identificado essas relações. Grande parte da tarefa de análise educacional crítica consiste precisamente em efetuar essa identificação. “*É exatamente porque o poder não se manifesta de forma tão cristalina e identificável que essa análise é importante*” (MOREIRA, SILVA, 1995; p. 29).

Mas, as lutas dos movimentos sociais do campo inseriram no espaço público o debate acerca da escola do campo. Uma escola que representasse para as populações tradicionais, povos do campo e da floresta, a oportunidade de aprendizagem sistemática de bens universais, como: a leitura, a escrita, a contagem básica e os conceitos Científicos iniciais articulando esses saberes a realidade dessas populações do campo. Valorizando os saberes tradicionais e a identidade cultural camponesa.

Dessa forma, iniciaram-se as ações práticas em torno da busca para atender a essa demanda específica, institui-se a criação dos cursos de licenciaturas em educação do

campo. Esses cursos tomaram para si a tarefa da formação de professores para as escolas do campo, assumiram a pedagogia da alternância como proposta metodológica da formação dos alunos licenciados (em formação inicial).

A proposta metodológica da Pedagogia da Alternância fundamenta-se nos estudos de Gimonet (2007) que apresenta o ensino e a aprendizagem em alternância como a relação entre o viver e o gerir a complexidade do cotidiano, com suas dificuldades e perspectivas. Ou seja, em num processo dinâmico, dialógico e participativo, essa pedagogia possibilita o empoderamento do sujeito do campo através da aprendizagem como experiência e vivência no mundo, articulando os saberes próprios do educandos com os saberes científicos “apreendidos” na Universidade.

Essa relação Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade que se sustenta a partir da pedagogia da Alternância, pressupõem um dialogo constante entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais próprios das populações camponesas.

Pois nós currículos formais que são materializados na escola do campo, arremedos do currículo urbano, há uma fragmentação apresentada nos programas curriculares das escolas do campo e também a distância entre a cultura pedagógico-curricular e a cultura social dos alunos que contribuem expressivamente para que as reprovações sejam sempre uma prova da “incapacidade” destes de aprenderem o que lhes é ensinado. Por trás dessa incapacidade ou desse não aprender está à realidade desses alunos, uma vez que muitos deles chegavam sem experiência escolar nenhuma e seus saberes culturais são desvalorizados por aqueles que ensinavam.

Pois, é no currículo escolar oficial que se encontra organizado e sistematizado o conjunto de comportamentos e normas que devem ser assimilados e reproduzidos pelos educadores e educandos. Já que há também a manifestação nas práticas escolares de outro currículo denominado de currículo oculto, torna-se possível sua materialização a partir do encontro das subjetividades dos sujeitos no espaço escolar, as quais marcam a construção de um universo do saber, que reflete as relações de poder e as contradições da sociedade. Entretanto, reconhecer que o currículo está atravessado por relações de poder não significa ter identificado essas relações. Grande parte da tarefa de análise educacional crítica consiste precisamente em efetuar essa identificação. *“É exatamente porque o poder não se manifesta de forma tão cristalina e identificável que essa análise é importante”* (MOREIRA, SILVA, 1995; p. 29).

Mas, as lutas dos movimentos sociais do campo inseriram no espaço público o debate acerca da escola do campo. Uma escola que representasse para as populações tradicionais, povos do campo e da floresta, a oportunidade de aprendizagem sistemática de bens universais, como: a leitura, a escrita, a contagem básica e os conceitos científicos iniciais articulando esses saberes a realidade dessas populações do campo. Valorizando os saberes tradicionais e a identidade cultural camponesa.

Dessa forma, iniciaram-se as ações práticas em torno da busca para atender a essa demanda específica, instituiu-se a criação dos cursos de licenciaturas em educação do campo. Esses cursos tomaram para si a tarefa da formação de professores para as escolas do campo, assumiram a pedagogia da alternância como proposta metodológica da formação dos alunos licenciados (em formação inicial).

A proposta metodológica da Pedagogia da Alternância fundamenta-se nos estudos de Gimonet (2007) que apresenta o ensino e a aprendizagem em alternância como a relação entre o viver e o gerir a complexidade do cotidiano, com suas dificuldades e perspectivas. Ou seja, em num processo dinâmico, dialógico e participativo, essa pedagogia possibilita o empoderamento do sujeito do campo através da aprendizagem como experiência e vivência no mundo, articulando os saberes próprios do educandos com os saberes científicos “apreendidos” na Universidade.

Essa relação Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade se sustenta a partir da pedagogia da Alternância, pressupõem um dialogo constante entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais próprios das populações camponesas. Assim, em nossa reflexão se assenta nesse assenta nessa relação dialógica entre os científicos articulados nas disciplinas, na perspectiva interdisciplinar, que compõem o currículo das licenciaturas. Essas questões apontam a inquietação acerca da concretização da pedagogia da alternância nos cursos de licenciatura em educação do campo.

Pode-se dizer com isso, que através dele se evidenciam esforços, tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos. Isso se torna claro quando nos lembramos de inúmeros relatos de práticas em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos de discriminação, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, de estudantes e grupos sociais (SACRISTÁN, 2000).

Sendo assim, o currículo seria mais “atraente” quando é pensado e planejado levando em consideração valores e universos culturais, de maior intercâmbio no interior

e em diferentes sociedades, com o intuito de resgatar manifestações culturais de determinados grupos sociais como as populações camponesas, onde as identidades se encontram ameaçadas, para a importância da participação de todos para tornar o mundo menos opressivo injusto e também levar em consideração a realidade de todos.

Ao analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo⁷, identificamos alguns elementos que destacamos aqui, que em muito se relacionam com o exposto acima,

A organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância e da Alternância Pedagógica, tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sociocultural. Dentro desta articulação das disciplinas alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso (PPC, 2009; p. 31)⁸.

O currículo da licenciatura, ao considerar a dinâmica da realidade do campo, afirma que a escola não é o único espaço educativo dessa realidade, e problematiza outros processos educativos que ocorrem na experiência de vida desses sujeitos, sobre as formas e manifestações de subjetivação aí existentes. Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre Tempo/Espaço Escola-Curso e Tempo/Espaço Comunidade-Escola do Campo, a proposta curricular do curso integra e interdiscipliniza a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação enquanto educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, mas também nos diversos espaços das comunidades onde estão localizadas as escolas de ensino fundamental do campo (PPC; 2013; p. 09)⁹.

Observamos que a propostas metodológicas e curriculares dos cursos apontam para a valorização da vivência sociocultural dos alunos e dos saberes da experiência, isso aponta uma preocupação em formar educadores que possam mudar a realidade do campo, que assumam outro olhar sobre o currículo escolar e possam elaborar uma proposta curricular partindo da relação entre a diversidade cultural e a identidade cultural dos alunos.

⁷ Nós referimos em especial aos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal do Pará- Campus de Abaetetuba e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸ Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em educação do Campo (UFPA).

⁹ Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em educação do Campo (UFRGS).

O Tempo-Comunidade e o Tempo – Universidade: Reflexões a partir do Projeto Pedagógico em curso

A região nordeste do Pará, compreendendo os municípios de Abaetetuba, Moju, Barcarena, acará, Igarapé Miri entre outros, possui especificidades, esses municípios abarcam áreas rurais muito extensas, são banhados por rio, em algumas comunidades ribeirinhas as pessoas gastam aproximadamente cinco horas de viagem para chegarem ao seu destino, inviabilizando os alunos de vir estudar no centro urbano e voltar para suas residências, a partir, dessa necessidade implantou-se em 2011, O curso de Licenciatura em Educação do Campo, no Campus Universitário do Baixo Tocantins no município de Abaetetuba, atendendo egressos oriundos das áreas campestres de Abaetetuba e municípios vizinhos.

O curso possui um diferencial, é formado por alunos provenientes das áreas campestres com o objetivo de criar uma articulação entre o saber tradicional trazido pelo aluno de sua comunidade de origem, e o saber científico ministrado pelas disciplinas com os professores, a educação do campo possui uma especificidade muito interessante que se constitui no Tempo-Comunidade e no Tempo-Universidade, constituindo a Pedagogia da alternância (PA), denominada por Jean-Claude Gimonet.

O Movimento das Casas Familiares Rurais nasceu em 1935 na França com agricultores de um pequeno vilarejo, quando seu filho, um adolescente não quer ir para a escola secundária Gimonet 2007, p. 22, dessa maneira, para solucionar o problema pensou-se em uma escola que atendesse a especificidade daquele aluno, *“criar uma escola que não mantenha o adolescente preso entre quatro paredes”*.

Nesse contexto surge a Pedagogia praticada, baseando-se na Alternância de tempo, ou seja, o local de formação diferenciado para sua formação acadêmica/profissional, ocorrendo em períodos distintos, que são o Tempo-Universidade e o Tempo- Comunidade segundo Gimonet, 2007, p. 23. Essa prática de *“Alternância elaborou-se não através de teorias, mas antes, pela invenção e implementação de um instrumento pedagógico que traduzia, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação, processo ação/experiência”*.

O foco central de nossa pesquisa é compreender como vem sendo desenvolvido a PA nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, o Tempo-Comunidade e o Tempo- Universidade são procedimentos pedagógicos da pedagogia da alternância, ou

seja, “são espaços de produção de conhecimentos, isto é, saberes produzidos na e pela prática” (MOLINA & SÁ, 2011 p. 214).

A alternância é a espinha dorsal dos cursos de Licenciatura em educação do campo, é um projeto contra hegemônico, que estabelece uma dinâmica entre a família e a Universidade.

Não significa apenas um alternar físico, um tempo na escola separado por um tempo em casa. Os processos de ir e vir estão baseados em princípios fundamentais, tais como: a vida ensina mais do que a escola; que se aprende também na família, a partir da experiência do trabalho, da participação na comunidade, nas lutas, nas organizações, nos movimentos sociais (MOLINA & SÁ, 2011 p. 216).

Como se pode observar, essa pedagogia é importante para o curso, pois valoriza os conhecimentos trazidos pelos alunos no tempo comunidade, porém o que se percebe nos relatos orais dos alunos é que os professores não os acompanham nas atividades do Tempo-Comunidade, que se sentem desorientados para realizar o trabalho. A Pedagogia da Alternância proporciona ao alternante, a interação em vários âmbito da vida como aborda Gimonet (2007) *física, familiar, sociais* entre outras, segundo o relato do informante dois (2), o Tempo-Comunidade, fica atrelado a Prática Pedagógica e ao Estágio Docente, dessa maneira privando o aluno desse aprendizado, que se adquire nessa prática.

Cardart (2009) discorre que a educação do campo tem o objetivo de mostrar que as pessoas das comunidades são sujeitos de direitos, ela valoriza o povo do campo, em uma sociedade tão desigual com a nossa, afirma que o povo do campo tem o direito de ser educado em seu lugar de origem, valorizando suas especificidades. “Uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2009, p. 149).

Na perspectiva da relação com o agricultor Gimonet (2007) apresenta os CEFFAs (casas familiares rurais), para que o alternante tenha vivências com a rotina do agricultor, dessa maneira, insira-se na comunidade, participando da cultura e também da vida política da comunidade. “Os CEFFAs são instituições familiares, Cada família possui sua própria cultura, determinadas pelas características étnicas, sociais e econômicas... que desatacam a diferença entre uma das outras,” com essas experiências o discente terá uma formação completa, pois, experiências todos esses aspectos acima citados, no decorrer de sua formação.

Assim, é necessário a articulação entre universidade-comunidade para que o alternante segundo Gimonet, o autor do conhecimento e do desenvolvimento de sua comunidade. Os desafios da Pedagogia da Alternância, o primeiro refere-se à formação do professor e o segundo, é o colocar em prática a Pedagogia da alternância vinculada a realidade da comunidade dos alunos, a valorização da mesma, os alunos precisam articular sua formação com suas atividades em sua comunidade em regime de alternância, mostrando que essa prática proporciona ao aluno alternante, a formação teórica/prática, no movimento ação/reflexão/ação, prática indispensável para a sua formação.

Em relação à Pedagogia da Alternância, ficou evidenciada a valorização que lhe é atribuída, pois ela permite aos jovens que moram no campo combinar a formação escolar com as atividades desenvolvidas na propriedade familiar, sem se desligarem da família e da cultura do campo. A alternância entre o meio escolar assegura ao estudante a formação teórica e prática, o fazer e o pensar, ação- reflexão – ação (ARAÚJO 2007, p.63) .

É possível compreender alguns indícios de como vem sendo desenvolvido o tempo Comunidade no curso de licenciatura em educação do campo do campus universitário de Abaetetuba, bem como, dos desafios de seu desenvolvimento. Esses indícios vão desde a dinâmica do curso, falta de matérias, dificuldade na locomoção dos alunos para chegarem às comunidades, palco da realização do tempo comunidade, assim como a prática de uma parcela de professores que muitas vezes se fecham ao novo e acham que o que apreenderam é o correto, verdadeiro, fixo e imutável enquanto outros tentam realizar, porém, com muitas fragilidades.

É possível entender que um dos desafios para os formadores desenvolverem a pedagogia da alternância nos cursos de educação do campo pode destacar em primeiro lugar;

[...] das condições oferecidas aos formandos e formadores, bem como do fazer pedagógico desses últimos [...] propor-se a superar a divisão de horários, a fragmentação do conhecimento nos tempos/espacos educativos, a forma de acompanhamento do TC. Isso implica (re) pensar a organização das disciplinas, e suas respectivas cargas horárias, assim como o longo período de TC e o apertado período de TA (COSTA, 2012, p. 132).

Além desses desafios, há outro que é a articulação da teoria com a prática, Outro desafio é em relação ao formato desse curso, que é diferenciado do formato legal e institucional das licenciaturas existentes no sistema educacional, a qual; [...] é expressão de uma concepção de formação de educadores e de escola que diverge dos debates originários da educação do Campo, que é;

[...] o de construir a nova referência de escola, também a partir das próprias práticas desenvolvidas no curso ou a propósito dele, ou seja, que a organização

do trabalho pedagógico do curso possa servir de parâmetro para repensar/ refazer a forma escolar presente (ou ausente) hoje no campo e da o curso ajude a articular e fortalecer o debate dos estudantes e seus coletivos sobre projeto de escola, por meio do vínculo entre as práticas pedagógicas e de pesquisa do curso (MOLINA, 2011, p. 104).

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo, por nós analisados, o mesmo propõe que as atividades curriculares sejam desenvolvidas a partir da Pedagogia da Alternância, entre Tempo-Universidade, onde os alunos cursam as disciplinas do currículo e o Tempo-Comunidade que são orientados a desenvolverem práticas docentes nas suas comunidades de origem, numa perspectiva ação-reflexão-ação, fortalecendo a sua formação de forma prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar tais práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as experiências citadas são fundamentais para se compreender os processos educativos que se desencadeiam no Estado do Pará, já que além das escolas ditas formais em que o tempo-comunidade e o tempo-escola estão desassociados assim como a relação escola/ trabalho estão colocadas como elementos dicotômicos no processo de aprendizagem de alunos e alunas, diferente desta educação escolar oficial, normativa, marcada por um modelo burocrático de escola. Essas experiências são frutos da organização popular, dos movimentos sociais e entidades não-governamentais e governamentais que caminham na direção da construção de uma educação popular.

A realização de fórum e seminário sobre educação do campo tem contribuído para o fortalecimento e elaborações de políticas educacionais. Desde 2004, essas ações têm se intensificado, as pessoas dependentes do campo já se conscientizaram da necessidade de se organizarem para poderem atingir objetivo de ter uma vida melhor, também muitos sabem que a educação é um dos melhores caminhos para as mudanças necessárias, e talvez um dos únicos meios de conquistar um espaço na sociedade brasileira. Portanto, há que se reconhecer que tais movimentos têm contribuído para a conquista de melhores condições de vida, e, por conseguinte a educação do campo nesse sentido é um instrumento poderoso e indispensável. Além disso, o oferecimento de oportunidade por parte do governo, mais que um dever é um dívida social de há muito tempo e que precisa ser liquidada, não só por uma razão política, mas também por um

compromisso humano e social. E sem dúvida as lutas pela educação do campo podem contribuir para que esse processo se realize.

Assim, para motivar nossas proposições no universo do possível, já elucidamos vários projetos em curso e outros já realizados em décadas anteriores, entre os quais as experiências das Escolas Família Agrícola (EFAs), as escolas dos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Casas Familiares Rurais (CFR's) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) entre outros.

Essas experiências são marcadas pela compreensão de que é preciso uma educação voltada para a realidade daqueles que habitam o campo, em igualdade social de oferta de escolarização e de qualidade de ensino. E é assim que se vão construindo tais iniciativas no contínuo devir dos processos históricos e sociais, sem se desconsiderar, é claro, a realidade desses grupos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Migue. Gonzalez . Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ARROYO, Miguel (Org). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Edições Loyola BRASIL. Lei de Diretrizes e Base, 9394/96, Brasília (DF), 1996.

CALDART, Roseli Salet. A escola do campo em e movimento In: BENJAMIM, Cezar e CALDART, Roseli Salet. Projeto Popular e Escolas do Campo. 2ª edição. Brasília: DF: Articulação Nacional por uma educação no Campo, 2001. (Coleção Por um a Educação Básica no Campo nº 3).

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber pelo camponês na sua prática produtivo e política In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993. p 53 a 73.

DAUSTER, Tânia. Construindo Pontes : a prática etnográfica e o campo da educação In: DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura. Belo horizonte: UFMG, 1996. p. 65 a 72.

DAVIS, Claudia e GATTI, Bernadete. Questões sobre o desempenho de alunos de escolas rurais no nordeste e o seu contexto sociocultural In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993. p. 137 a 173

DIEGUES, Antonio Carlos (2000): O mito moderno da natureza intocada._____. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Hucitec, São Paulo, 2000. p. 48-58.

FERNANDES, Bernardo Monçado; MOLINA Castogna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castogna & AZEVEDO DE JESUS, Sônia Meire Santos. (org.). Por uma Educação do Campo Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Caderno nº 5. Brasília: DF: Articulação Nacional por uma Educação do campo, 2004.

GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HAGE, Salomão. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. Brasília, 2011.

LEAL, Telma Ferraz e PINTO, Ana Lúcia Guedes. Ponto de Partida: Currículo no Ciclo de alfabetização do Campo. Brasília Ministério da educação, 2013.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Currículo, cultura e sociedade . 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. A escola Rural da Vila da Paz: um ensaio etnográfico. Belém: UFPA- Centro Agropecuário/ Embrapa Amazônia Oriental, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-graduação em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável.

PETTY, Miguel et al. Uma alternativa de educação rural In: WERTEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs). Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31 a 63

SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A. I. Perez. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Arned, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidades: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Inês de Castro. Os professores como sujeitos sócio Culturais In: DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura. Belo horizonte: UFMG, 1996. p. 179 a 194.

Recebido em: 08/03/2022

Aprovado em: 10/04/2022

Publicado em: 12/04/2022